



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário - Área Judiciária

Especialidade Execução de Mandados

Prova Cargo MB02/BU02, Tipo 1
000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Riscos da advocacia invadida

Tanto quanto se saiba, a polícia tem praticado entradas forçosas em escritórios de advocacia, apreendido papéis e praticado outras violências. A versão oficial diz que as chamadas invasões não existem, pois se trata de ingressos autorizados por ordem judicial para fins determinados, relativos a investigações na apuração de responsabilidades graves.

A regra essencial a esse respeito é, porém, a da inviolabilidade do escritório do advogado. Sou advogado, além de jornalista e, portanto, parte interessada. Por isso, limitarei as anotações cabíveis estritamente aos campos da Constituição e da lei vigente, sem qualquer extrapolação. Começemos pelo inciso 6 do artigo 5º da Carta Magna, o qual afirma ser “livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. A advocacia exige qualificações específicas, na Carta Magna e na Lei nº 8.906/94, consistentes no diploma do bacharel em ciências jurídicas, no registro profissional na Ordem dos Advogados, depois da aprovação no Exame da Ordem.

Não é possível o exercício da profissão advocatícia se o cliente não tiver confiança absoluta em que as informações e os documentos passados a seu advogado sejam invioláveis. Nem será possível se o advogado puder ser constrangido a informar fatos relativos a seu cliente.

O sigilo do médico e o do sacerdote têm força igual à do sigilo do advogado. Daí dizer a Lei nº 8.906/94, no inciso 19 do artigo 7º, ser direito deste profissional recusar-se a depor como testemunha, mesmo quando autorizado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional. Se não pode depor, mesmo em juízo, imagine-se a gravidade de ver apreendido, em seu escritório, documento que implique em responsabilidade de seu cliente.

Tem havido, porém, escritórios que aceitam ser sede de empresas de seus clientes, designando locais, em seu espaço interno, para esse efeito. Em outros casos, o advogado é diretor de empresa, não se encontrando no exercício da profissão. São alternativas diversas das que tipificam a atividade profissional, não garantidas pela Constituição e pelas leis, quanto à inviolabilidade. Fora daí, invadir o escritório e apreender documentos físicos ou eletrônicos é abuso de direito, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem considerado geradora de prova ilícita.

(Walter Ceneviva, **Folha de S. Paulo**, 07/05/2005)

1. O autor do texto manifesta-se contra práticas policiais
 - (A) a que falta o respaldo básico de uma ordem judicial explícita.
 - (B) de respaldo ético indiscutível, já que amparadas por determinação judicial.
 - (C) que ferem direito garantido, inerente a toda prática profissional.
 - (D) em que há abuso da autoridade e extrapolação de uma ordem judicial.
 - (E) em que se ignora direito já reconhecido pela jurisprudência.

2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. Quanto à sua inviolabilidade, o direito ao sigilo de médicos e de sacerdotes é garantido no inciso 19 do artigo 7º da Lei nº 8.906/94 e deveria, segundo o autor, ser estendido à prática advocatícia.
 - II. Para provar sua imparcialidade no tratamento da questão central de seu texto, o autor recusa-se a se valer de argumentos próprios à sua qualificação profissional.
 - III. Segundo o autor, a garantia de inviolabilidade do escritório de advocacia deixa de existir quando seu espaço for utilizado para o exercício de atividades outras.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) II e III.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) I.

3. No segundo parágrafo, lê-se: Por isso, limitarei as anotações cabíveis estritamente aos campos da Constituição e da lei vigente, sem qualquer extrapolação.

Deve-se entender que a expressão sublinhada na frase remete diretamente a uma informação já explicitada no contexto:

- (A) a versão oficial nega as entradas forçosas.
- (B) o autor se declara parte interessada na questão de que trata.
- (C) o autor está em pleno exercício de seu ofício de jornalista.
- (D) a advocacia exige sempre qualificações específicas.
- (E) os dispositivos legais já citados são inequívocos.

<p>4. A frase em que a palavra sublinhada está empregada com o mesmo sentido com que se apresenta no texto é:</p> <p>(A) São providências duras mas <u>forçosas</u>, imprescindíveis neste momento.</p> <p>(B) Seria bom se reservássemos os <u>ingressos</u>, pois o solista goza de grande prestígio junto ao público.</p> <p>(C) Ele se valeu de razões <u>consistentes</u> e derrubou a frágil proposta da oposição.</p> <p>(D) Mostrou-se <u>constrangido</u> com o deslize que cometeu durante a sessão solene de posse do novo magistrado.</p> <p>(E) Nosso <u>constituente</u> está prestes a buscar outros advogados, caso não escolhamos outra estratégia de defesa.</p>	<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a frase</p> <p>(A) (...) <i>alternativas diversas das que tipificam a atividade profissional</i>, a forma verbal resultante será são tipificadas.</p> <p>(B) (...) <i>a polícia tem praticado entradas forçosas em escritórios de advocacia</i>, a forma verbal resultante será foram praticadas.</p> <p>(C) (...) <i>a polícia tem apreendido papéis</i>, a forma verbal resultante será têm sido apreendidos.</p> <p>(D) <i>A advocacia exige qualificações específicas</i>, a forma verbal resultante será têm sido exigidas.</p> <p>(E) (...) <i>limitarei as anotações cabíveis aos campos da Constituição e da lei vigente</i>, a forma verbal resultante será terei limitado.</p>
<p>5. <i>Não é possível o exercício da advocacia se o cliente <u>não tiver confiança em que as informações passadas a seu advogado sejam invioláveis</u>.</i></p> <p>A frase continuará formalmente correta caso se substituam as expressões sublinhadas, respectivamente, por:</p> <p>(A) alimentar a desconfiança em que – compartilhadas de seu</p> <p>(B) presumir de que – confiadas ao seu</p> <p>(C) suspeitar de cujas – confidenciadas com seu</p> <p>(D) não supuser que – reveladas a seu</p> <p>(E) não confiar de que – transmitidas a seu</p>	<p>8. É possível alterar uma expressão do texto sem qualquer prejuízo para seu sentido e sua correção. Isto ocorre em</p> <p>(A) apreender documentos.</p> <p>(B) implique responsabilidade.</p> <p>(C) pois se tratam de ingressos autorizados.</p> <p>(D) atendidas às qualificações profissionais.</p> <p>(E) constrangê-lo ao informar.</p>
<p>6. As normas de concordância estão inteiramente respeitadas na frase:</p> <p>(A) Configura-se nas freqüentes invasões dos escritórios de advocacia o desrespeito a prerrogativas constitucionais.</p> <p>(B) Não cabem às autoridades policiais valer-se de ordens superiores para justificar a violência dessas invasões.</p> <p>(C) Submetido com freqüência a esse tipo de constrangimento, os advogados se vêm forçados a revelar informações confidenciais de seus clientes.</p> <p>(D) Tem ocorrido, de uns tempos para cá, inúmeras entradas forçosas da polícia em escritórios de advocacia.</p> <p>(E) Se não lhes convém cumprir determinadas medidas, cabe aos advogados recorrer às instâncias superiores da justiça.</p>	<p>9. <i>Não é possível o exercício da profissão advocatícia se o cliente <u>não tiver confiança absoluta em que as informações e os documentos passados a seu advogado sejam invioláveis</u>.</i></p> <p>Permanecerá correta a articulação entre os tempos e os modos verbais da frase acima caso se substituam as formas sublinhadas, respectivamente, por:</p> <p>(A) seria possível – não tenha – são</p> <p>(B) será possível – não ter – serão</p> <p>(C) teria sido possível – não tenha – são</p> <p>(D) seria possível – não tivesse – fossem</p> <p>(E) será possível – não teria – sejam</p>

<p>10. Está inteiramente clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Segundo a versão oficial, as entradas forçosas da polícia em escritórios de advocacia não constituem abuso de autoridade, uma vez que são determinadas por ordem judicial.</p> <p>(B) Os escritórios de advogado aonde funcionam sedes de empresas, não configuram um caso de sigilo profissional, uma vez que se prestam ao exercício de uma função estranha à sua finalidade.</p> <p>(C) Havendo constrangimento do advogado ao informar fatos que só dizem respeito aos seus clientes, traindo sua confiança, fica impossível exercerem a profissão que lhes compete.</p> <p>(D) A menos que seja previsto como um caso de exercício diverso da advocacia, as situações regulares dos escritórios de advogados impõem o respeito ao direito de sigilo.</p> <p>(E) Note-se que na jurisprudência, do âmbito do Supremo Tribunal Federal, tem sido resguardado o sigilo na apreensão de documentos, entendida como fragilante abuso de autoridade.</p>	<p>13. Quanto à necessidade ou não do sinal de crase, está inteiramente correto o que se lê em:</p> <p>(A) Esse grande físico não pertenceu àquele grupo de cientistas que se mantinham a margem das contingências, desatentos ao mundo à sua volta.</p> <p>(B) Einstein não se limitou à escrever textos científicos; lançou-se à roda dos grandes debates políticos internacionais, à cuja órbita se prendiam as decisões cruciais do pós-guerra.</p> <p>(C) O cerceamento à liberdade, nos regimes totalitários, leva a indignação coletiva às alturas quando os que mais têm a dizer são intimados a calar-se.</p> <p>(D) Não cabe à qualquer pessoa levar a cabo uma experiência científica, mas à toda gente cabe decidir sobre o emprego que se dará às novas ferramentas da ciência.</p> <p>(E) Com os nervos à flor da pele, assistimos na TV à uma cena em que um homem rude, promovido a condição de milagreiro, dava início a tão anunciada intervenção cirúrgica.</p>
<p>11. Considere as seguintes frases:</p> <p>I. Tenho sempre saudades dos tios, que tanto fizeram por mim.</p> <p>II. Ela me passou as informações, apenas, necessárias para a inscrição no concurso.</p> <p>III. Durante o dia todo, ela ficou se lastimando por não haver cumprido a promessa.</p> <p>A supressão de vírgula(s) altera o sentido do que está em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) I e III, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) II, somente.</p>	<p>14. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. Retirei da biblioteca um romance de sucesso.</p> <p>II. A leitura do romance não me empolgou.</p> <p>III. Ao devolvê-lo, comentei minha impressão com a bibliotecária.</p> <p>As frases acima estão articuladas de modo claro, coerente e correto no seguinte período:</p> <p>(A) A leitura do romance de sucesso que retirei da biblioteca não me empolgou, conforme a impressão que comentei ao devolvê-lo com a bibliotecária.</p> <p>(B) Ao devolver à biblioteca o romance de sucesso retirado, comentei com a bibliotecária minha impressão de leitura, em cuja não conseguira me empolgar.</p> <p>(C) Não me empolgou a leitura do romance de sucesso que retirara da biblioteca, e ao devolvê-lo comentei com a bibliotecária essa minha impressão.</p> <p>(D) Comentei com a bibliotecária, quando o devolvi, a impressão de que não me empolgaria a leitura daquele romance de sucesso, que retirei na biblioteca.</p> <p>(E) Apesar de ter retirado na biblioteca o romance de sucesso, em cuja leitura não me empolguei, acabei por comentar tal impressão com a bibliotecária quando o devolvera.</p>
<p>12. A frase em que NÃO há ambigüidade de sentido é:</p> <p>(A) Esse é o tipo de técnico de um time que ninguém deseja que se torne campeão.</p> <p>(B) Ele é o autor de romance que faz enorme sucesso junto ao público feminino.</p> <p>(C) A razão que ela me deu para ingressar em sua associação só me fez desconfiar ainda mais dela.</p> <p>(D) Gostaria que você consultasse sua mãe, antes de ceder sua chácara por ocasião da nossa formatura.</p> <p>(E) Quando ela me entregou a carta, percebi logo que as notícias não deviam ser as mais alvissareiras.</p>	<p>15. É injustificável a forma plural do verbo haver no caso da seguinte frase:</p> <p>(A) Não haveriam, meios de alcançar o sucesso de nossas expedições, caso uma empresa não se dispusesse a patrociná-las.</p> <p>(B) Mais livros houvessem sido doados, mais leitores se beneficiariam da nova biblioteca.</p> <p>(C) Que haverão eles cometido, para despertarem tantos ressentimentos entre os colegas?</p> <p>(D) Que haveriam de trazer àquela gente simples da aldeia os aventureiros que chegavam com novos hábitos?</p> <p>(E) Não imagino a quem haveriam de agradecer os meninos pelo equipamento esportivo que receberam.</p>

Atenção: As questões de números 16 a 20 referem-se ao texto que segue.

Um meio-elogio à meia-idade

Parece que se foi o tempo em que ancião significava experiência, que o sábio da tribo era um velho, que o idoso era ouvido pelos jovens e que a literatura fazia o elogio da velhice, como fez o sessentão Cícero, 44 anos antes de Cristo, em **De senectute**. Hoje, o novo **De senectute**, de Norberto Bobbio, é um belíssimo livro, mas triste e pessimista. “Quem louva a velhice não a viu de perto”, ele escreveu.

Não estou entre os que fazem o elogio irrestrito de uma fase da vida em que até o prefixo é traiçoeiro – sexagenário não tem nada a ver com sexo, se é que se precisa avisar. Mas também não acho que é o pior dos tempos, principalmente quando se lembra que a adolescência, tão idealizada a distância, é uma das fases mais atormentadas da existência. Nem sempre é a idade que faz a vida feliz ou infeliz, mas a cabeça, assim como o que faz mal à saúde é a doença, e não a idade.

(Zuenir Ventura, **Crônicas de um fim de século**)

16. Depreende-se do texto que o autor **não aceita** a seguinte antinomia, muito presente no senso comum:

- (A) A sabedoria dos velhos prima pela paciência, enquanto a alegria dos jovens manifesta-se pela ansiedade.
- (B) Vive-se, na adolescência, a euforia da plena felicidade, ao passo que a melancolia dá o tom definitivo à velhice.
- (C) A felicidade é um atributo do corpo jovem, mas a consciência feliz pertence ao velho experiente.
- (D) Embora não haja sexualidade na velhice, há sessentões mais felizes do que os jovens.
- (E) Somente a distância é que os adolescentes são felizes; a adolescência, vista de perto, é uma fase de tormentos.

17. É adequado o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:

- (A) Parece que desapareceram as convicções onde a velhice era sinônimo de ser mais sábio, ou em que ser jovem era uma garantia de felicidade.
- (B) O esclarecimento em cujo a palavra sexagenário nada tem a ver com sexo é um lance de ironia com que o autor se valeu para dar leveza ao tema.
- (C) A adolescência é uma época de onde mais tarde emergirão recordações às quais nem sempre constituirão lembranças felizes.
- (D) Pode-se preferir a velhice do que a juventude, mas Bobbio assevera de que, nesse caso, não se viu a velhice de perto.
- (E) Os traumas por que tantas vezes passam os jovens são esquecidos, mas não os momentos em que lograram ser felizes.

18. Conserva-se o sentido da frase original, numa redação correta, em:

- I. *Não estou entre os que fazem elogio irrestrito de uma fase da vida* = Não me coloco dentre os que exaltam uma irrecuperável fase da vida.
- II. *Até o prefixo é traiçoeiro* = Mesmo o prefixo induz a equívoco.
- III. *Quem louva a velhice não a viu de perto* = Quem otimiza a velhice não consegue encará-la.

Completa corretamente o enunciado SOMENTE o que está em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) III.

19. Estão corretos o emprego e a forma dos verbos na frase:

- (A) Ainda que retêssemos apenas lembranças felizes, as más lembranças não tardariam a incorrer em nossa consciência.
- (B) Se a adolescência nos provisse apenas de momentos felizes, a ninguém conviria esperar pelos bons momentos da velhice.
- (C) Se a um velho só lhe aprouver o lamento pelo tempo que já passou, caber-lhe-á algo melhor que o temor do futuro?
- (D) Costuma ser repellido o adulto experiente que intervir na conduta de um jovem desorientado para tentar ratificar o rumo de sua vida.
- (E) Sempre conviu ao homem primitivo orientar-se pela sabedoria dos anciãos, ao passo que hoje poucos idosos conseguem fazer-se ouvido.

20. Está correto o emprego de ambos os segmentos sublinhados na frase:

- (A) Juventude é, hoje, uma palavra mágica: consideramo-lhe um talismã, nela atribuímos o condão de uma chave que abre todas as portas.
- (B) Quanto ao passado, deixar-lhe em paz, pois se os dias não voltam não há como interferir-lhes.
- (C) Se há dias bons na juventude, não os queiramos emprestar um valor absoluto, pois a eles se alternaram dias infelizes.
- (D) Quanto aos jovens, poupemo-los de aconselhamentos a que não podem ou não sabem dar ouvidos.
- (E) Se é para mim escolher entre o tumulto do jovem e a serenidade do velho, prefiro esta a aquele.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A prerrogativa inerente ao Poder Público no sentido de, por meio de atos unilaterais, impor obrigações a terceiros, decorre do atributo da

(A) tipicidade.
 (B) auto-executoriedade.
 (C) imperatividade.
 (D) finalidade.
 (E) motivação.

22. Além de outros, constituem requisitos dos atos administrativos a

(A) finalidade, o motivo e a presunção de legalidade.
 (B) imperatividade, o objeto e a forma.
 (C) coercibilidade, o objeto e a competência.
 (D) auto-executoriedade, a coercibilidade e a legitimidade.
 (E) competência, a forma e o motivo.

23. A licitação é dispensável nas seguintes hipóteses:

I. guerra ou grave perturbação da ordem.
 II. desinteresse pela licitação anterior.
 III. venda de bem imóvel para outro órgão da Administração Pública, independentemente de qualquer outro requisito.
 IV. contratação de serviços técnicos de gerenciamento de obras, com profissionais de notória especialização.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.
 (B) I e III.
 (C) II e III.
 (D) II e IV.
 (E) III e IV.

24. O fato de o contratado se revelar incapaz de dar fiel cumprimento ao avençado, ou existir iminência ou efetiva paralisação dos trabalhos, com prejuízos potenciais ou reais ao serviço público, constitui motivo para a

(A) interdição da execução do ajuste, assumindo a Administração a direção da execução contratual.
 (B) intervenção na execução do contrato, como medida auto-executável pela Administração.
 (C) imediata rescisão unilateral do contrato, independentemente do contraditório e da ampla defesa, com o objetivo de preservar o interesse público.
 (D) Administração postular a rescisão judicial do contrato, caso não seja possível a resilição na esfera administrativa.
 (E) Administração providenciar a adequação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

25. A investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, dar-se-á mediante

(A) recondução.
 (B) transferência.
 (C) reversão.
 (D) readaptação.
 (E) reintegração.

26. Os valores percebidos pelo servidor, em razão de decisão liminar, de qualquer medida de caráter antecipatório ou de sentença, posteriormente cassada ou revista,

(A) serão restituídos a critério da Administração Pública, observada a conduta funcional do servidor.
 (B) não deverão ser repostos ao erário, posto que a revogação não enseja efeito retroativo.
 (C) deverão ser repostos no prazo de sessenta dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.
 (D) devem ser repostos no valor correspondente a 50% do percebido, por absoluta ausência de má-fé do servidor.
 (E) devem ser repostos em parcelas correspondentes a, no máximo, 10% dos vencimentos do servidor.

27. As indenizações percebidas pelo servidor a título de diárias

(A) deverão ser incorporadas ao vencimento e ao provento, quando percebidas por período superior a doze meses.
 (B) incorporam-se ao vencimento, mas não ao provento.
 (C) serão incorporadas ao vencimento e ao provento, na proporção de 50% dos valores percebidos.
 (D) incorporam-se ao vencimento e ao provento.
 (E) não se incorporam ao vencimento ou ao provento para qualquer efeito.

28. As ações judiciais destinadas a levar a efeito as sanções de suspensão dos direitos políticos dos agentes públicos decorrentes de atos de improbidade administrativa podem ser propostas até

(A) dois anos, contados da data em que o fato se tornou conhecido.
 (B) três anos, contados do dia subsequente ao término do exercício das funções.
 (C) cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
 (D) o prazo máximo da pena *in abstracto*.
 (E) o dobro do prazo da pena fixada no correspondente diploma legal.

Instruções: Nas questões de números 29 a 32 assinale a alternativa correta em relação à proposição apresentada.

29. Extradição:

- (A) Os brasileiros naturalizados podem ser extraditados somente em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes.
- (B) O brasileiro nato jamais pode ser extraditado do território nacional.
- (C) O estrangeiro que entrar ou permanecer irregularmente no território nacional será extraditado.
- (D) A extradição de brasileiros procede-se *ex officio* da autoridade nacional.
- (E) O brasileiro nato somente pode ser extraditado se praticar atos atentatórios à segurança nacional.

30. Nacionalidade:

- (A) Os cargos de Presidente da República, de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Governador do Estado, somente podem ser exercidos por brasileiros natos.
- (B) A todos os portugueses, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato.
- (C) O brasileiro que teve reconhecida outra nacionalidade por Estado estrangeiro, originariamente, em virtude do critério da origem sanguínea, perde a nacionalidade brasileira.
- (D) O residente em Estado estrangeiro que adquirir outra nacionalidade por imposição da norma alienígena, como condição para o exercício de direitos civis não perde a nacionalidade brasileira.
- (E) A perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, será declarada por decisão do chefe do executivo federal, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

31. Medidas provisórias:

- (A) Matéria disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto Presidencial não pode ser objeto de Medida Provisória.
- (B) As medidas provisórias perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, prorrogável por igual período.
- (C) A votação da medida provisória será realizada em sessão conjunta do Congresso Nacional.
- (D) É o Senado Federal que realizará a deliberação principal a respeito da medida provisória que verse sobre matéria reservada a lei complementar.
- (E) Medida provisória que implique majoração do imposto sobre importação de produtos estrangeiros só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte.

32. Processo legislativo sumário:

- (A) A apreciação das emendas realizadas pela Casa Revisora far-se-á no prazo máximo de quinze dias.
- (B) O prazo para apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados é de dez dias.
- (C) O regime de urgência constitucional poderá ser solicitado pelo Presidente do Congresso Nacional.
- (D) O Senado Federal terá o prazo de dez dias para apreciar as emendas efetuadas pela Câmara dos Deputados.
- (E) O Senado Federal deve se manifestar em até quarenta dias, quando for solicitada urgência para apreciação de projeto de lei de iniciativa do Presidente da República.

33. O procurador municipal concursado, investido no mandato de Vereador,

- (A) não será afastado do cargo, havendo compatibilidade de horários, devendo, entretanto, optar pela sua remuneração.
- (B) ficará afastado do cargo mesmo que haja compatibilidade de horários.
- (C) perceberá as vantagens de seu cargo, havendo compatibilidade de horários, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (D) será afastado do cargo, devendo seu tempo no cargo eletivo ser contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- (E) não será afastado do cargo, havendo compatibilidade de horários, devendo, entretanto, perceber somente as vantagens do cargo eletivo.

34. O servidor titular de cargo efetivo da União poderá se aposentar

- (A) voluntariamente, com proventos proporcionais, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e tenha 55 anos de idade, se mulher.
- (B) compulsoriamente, aos 75 anos de idade, se homem, e aos 70 anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (C) por invalidez permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, em virtude de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- (D) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e tenha 60 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher.
- (E) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e tenha 60 anos de idade e 35 de contribuição, se homem.

<p>35. Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo,</p> <p>(A) dará ciência ao Presidente do Senado Federal, que adotará providências para defender o ato impugnado.</p> <p>(B) deverá notificar o Procurador-Geral da União, que sustentará o ato impugnado.</p> <p>(C) expedirá ofício ao Presidente do Congresso Nacional, que sustentará a legalidade do ato impugnado.</p> <p>(D) citará previamente o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.</p> <p>(E) promoverá a intimação do Presidente da Câmara dos Deputados, a quem competirá defender o ato impugnado.</p>	<p>39. Tício é dançarino. Não tem família constituída, nem residência habitual. Vive viajando pelas cidades do Brasil, hospedado-se em hotéis ou em barracas onde a sua companhia de dança realiza apresentações. Considera-se domicílio de Tício o lugar</p> <p>(A) em que tiver nascido.</p> <p>(B) onde for encontrado.</p> <p>(C) onde permanecer mais tempo.</p> <p>(D) onde residirem seus pais.</p> <p>(E) onde estiver situada a sede da empresa de dança.</p>
<p>36. São princípios institucionais do Ministério Público</p> <p>(A) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.</p> <p>(B) a vitaliciedade, a indivisibilidade e a irredutibilidade de subsídio.</p> <p>(C) a unidade, a autonomia funcional e a administrativa.</p> <p>(D) a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio.</p> <p>(E) a indivisibilidade, a inamovibilidade e a independência funcional.</p>	<p>40. Ocorre a lesão quando alguém,</p> <p>(A) nos negócios jurídicos bilaterais, silencia intencionalmente a respeito de fato ignorado pela parte contrária, sendo que, se esta dele tivesse conhecimento, o negócio não teria sido celebrado.</p> <p>(B) premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.</p> <p>(C) em razão de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio, manifesta equivocadamente sua vontade.</p> <p>(D) sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.</p> <p>(E) sem o conhecimento da parte a que aproveita, obtém o consentimento de terceiro para um negócio jurídico, mediante ameaça de exercer um direito relativo à propriedade ou posse de seus bens.</p>
<p>37. Zeus, por deficiência mental, tem o discernimento reduzido. Zara possui dezesseis anos de idade completos e é estudante. Zanaã possui 14 anos completos e é estudante. Zenor possui 55 anos de idade e é pródigo. À luz do Código Civil Brasileiro, as incapacidades de Zeus, Zara, Zanaã e Zenor são, respectivamente,</p> <p>(A) absoluta, absoluta, relativa e relativa.</p> <p>(B) relativa, absoluta, absoluta e absoluta.</p> <p>(C) absoluta, relativa, relativa e absoluta.</p> <p>(D) relativa, absoluta, relativa e relativa.</p> <p>(E) relativa, relativa, absoluta e relativa.</p>	<p>41. A relação de emprego protegida pelas leis trabalhistas pressupõe</p> <p>(A) prestação de serviços, contrato escrito e onerosidade.</p> <p>(B) prestação de serviços a título oneroso ou gratuito, por pessoa física ou jurídica.</p> <p>(C) subordinação técnica, onerosidade e pessoalidade.</p> <p>(D) subordinação jurídica, pessoalidade, onerosidade e não-eventualidade.</p> <p>(E) impessoalidade, eventualidade e formalidade na contratação.</p>
<p>38. Considere as pessoas jurídicas:</p> <p>I. Autarquias.</p> <p>II. Partidos políticos.</p> <p>III. Associações.</p> <p>IV. Sindicatos.</p> <p>São de direito público as indicadas APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p>42. Durante o período aquisitivo do direito a férias, um empregado faltou ao serviço 6 dias para realização de provas de exame vestibular para ingresso em curso superior. Terá direito a férias de</p> <p>(A) 24 dias corridos.</p> <p>(B) 24 dias úteis.</p> <p>(C) 25 dias corridos.</p> <p>(D) 28 dias úteis.</p> <p>(E) 30 dias corridos.</p>

<p>43. O aviso prévio do empregado cujo salário é calculado na base de tarefa corresponde</p> <p>(A) à média dos últimos 12 meses de serviço.</p> <p>(B) à média dos últimos 6 meses de serviço.</p> <p>(C) à média dos últimos 3 meses de serviço.</p> <p>(D) ao último salário recebido.</p> <p>(E) ao maior salário recebido nos últimos 12 meses de serviço.</p>	<p>48. A contagem dos prazos processuais</p> <p>(A) exclui o dia do começo e inclui o do vencimento.</p> <p>(B) inclui o dia do começo, mas exclui o do vencimento.</p> <p>(C) inclui o dia do começo e o do vencimento.</p> <p>(D) exclui o dia do começo e o do vencimento.</p> <p>(E) inclui o dia do começo e inclui o dia do vencimento, exceto se este for dia útil.</p>
<p>44. Tendo o auditor fiscal do trabalho procedido à primeira inspeção de empresa recentemente inaugurada e concluído pela existência de violação de preceito legal, deverá</p> <p>(A) lavrar o auto de infração.</p> <p>(B) aplicar multa ao estabelecimento.</p> <p>(C) lacrar as portas do estabelecimento.</p> <p>(D) observar o critério da dupla visita.</p> <p>(E) solicitar a assistência das autoridades policiais.</p>	<p>49. Sob o aspecto trabalhista, o empregado é considerado menor e só pode apresentar reclamação trabalhista devidamente assistido, até que tenha completado</p> <p>(A) 16 anos.</p> <p>(B) 17 anos.</p> <p>(C) 18 anos.</p> <p>(D) 20 anos.</p> <p>(E) 21 anos.</p>
<p>45. Estão expressamente excluídos do regime do FGTS os</p> <p>(A) empregados domésticos.</p> <p>(B) trabalhadores eventuais.</p> <p>(C) trabalhadores rurais.</p> <p>(D) trabalhadores temporários.</p> <p>(E) diretores de empresas.</p>	<p>50. As audiências são realizadas</p> <p>(A) nos dias úteis, entre 10 e 16 horas.</p> <p>(B) em dias úteis previamente fixados, entre 8 e 18 horas.</p> <p>(C) de segunda a quinta-feira, entre 12 e 18 horas.</p> <p>(D) em qualquer dia da semana, exceto aos domingos, entre 8 e 18 horas.</p> <p>(E) em qualquer dia da semana, entre 13 e 18 horas.</p>
<p>46. O prazo prescricional para ajuizar ação trabalhista, após a extinção do contrato de trabalho, é de até</p> <p>(A) 1 ano, podendo ser reclamados créditos relativos aos 2 últimos anos em que o trabalhador prestou serviços.</p> <p>(B) 2 anos, podendo ser reclamados créditos de todo o período trabalhado, ainda que superior a 5 anos.</p> <p>(C) 2 anos, podendo ser reclamados créditos relativos aos 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação.</p> <p>(D) 5 anos, podendo ser reclamados créditos de todo o período trabalhado.</p> <p>(E) 7 anos, podendo ser reclamados créditos de todo o período trabalhado.</p>	<p>51. É competente para a execução de sentença proferida em reclamação trabalhista que foi modificada pela interposição de recurso ordinário</p> <p>(A) o Juízo de origem.</p> <p>(B) qualquer uma das Varas do trabalho.</p> <p>(C) a Turma que conheceu e julgou o recurso.</p> <p>(D) o Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) a Vara das Execuções.</p>
<p>47. Ao empregado que perceba salário variável a título de comissões, é assegurado o recebimento do</p> <p>(A) adicional por quebra de caixa.</p> <p>(B) valor correspondente à média dos últimos 3 meses.</p> <p>(C) salário normativo.</p> <p>(D) salário profissional.</p> <p>(E) salário mínimo.</p>	<p>52. São recursos previstos pela legislação do trabalho, além de outros,</p> <p>(A) agravo de instrumento, embargos declaratórios e apelação.</p> <p>(B) agravo retido, recurso de revista e apelação.</p> <p>(C) recurso ordinário, recurso de revista e recurso especial.</p> <p>(D) recurso ordinário, recurso de revista e agravo de petição.</p> <p>(E) apelação, agravo retido e recurso ordinário.</p>

<p>53. A nomeação de bens à penhora deve observar</p> <p>(A) as disposições da Lei das Execuções Fiscais.</p> <p>(B) a ordem preferencial estabelecida no art. 655 do CPC.</p> <p>(C) a legislação do Imposto de Renda.</p> <p>(D) o interesse ou a conveniência do devedor.</p> <p>(E) a preferência dos bens imóveis sobre os demais.</p>	<p>57. Na contagem dos prazos processuais, o Código de Processo Civil Brasileiro determina:</p> <p>(A) Será de 5 dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte, não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz.</p> <p>(B) Não se considera prorrogado o prazo até o primeiro dia útil, se o expediente forense for encerrado antes da hora normal.</p> <p>(C) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, não é contínuo interrompendo-se nos feriados.</p> <p>(D) Prorroga-se o prazo até o segundo dia útil se o vencimento cair em feriado.</p> <p>(E) Computar-se-á em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.</p>
<p>54. Na falta de Oficial de Justiça, o Juiz poderá atribuir a realização do ato a qualquer serventuário, nomeando-o</p> <p>(A) <i>apud acta</i>.</p> <p>(B) <i>in verbis</i>.</p> <p>(C) <i>a priori</i>.</p> <p>(D) <i>ex vi</i>.</p> <p>(E) <i>ad hoc</i>.</p>	<p>58. Em relação às intimações, o Código de Processo Civil Brasileiro estabelece:</p> <p>(A) A intimação é ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender.</p> <p>(B) A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.</p> <p>(C) Quando a intimação for feita pelo correio, começa a correr o prazo do dia do recebimento da carta registrada.</p> <p>(D) Quando a intimação for feita por oficial de justiça, começa a correr o prazo da data do recebimento do mandado.</p> <p>(E) É facultativo que na publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, sendo indispensável o número do processo.</p>
<p>55. Podem ser penhorados, à falta de outros bens,</p> <p>(A) os retratos de família.</p> <p>(B) o anel nupcial.</p> <p>(C) as imagens do culto religioso de grande valor.</p> <p>(D) o seguro de vida.</p> <p>(E) os equipamentos dos militares.</p>	<p>59. Extingue-se o processo sem julgamento do mérito quando</p> <p>(A) as partes transigirem.</p> <p>(B) o réu reconhecer a procedência do pedido.</p> <p>(C) o juiz pronunciar a prescrição.</p> <p>(D) o juiz acolher alegação de coisa julgada.</p> <p>(E) o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.</p>
<p>56. Tício, juiz de direito da comarca da cidade Azul, está prestes a sentenciar um processo. Porém, não encontra solução legal para a lide. Convencido de que não há na Legislação Brasileira dispositivo expresso que solucione a questão, ele</p> <p>(A) não sentenciará o processo e deverá, alegando lacuna ou obscuridade da lei, remeter o processo ao juiz corregedor.</p> <p>(B) não sentenciará o processo e deverá, alegando lacuna ou obscuridade da lei, remeter o processo para o arquivo.</p> <p>(C) não sentenciará o processo e deverá remetê-lo ao Tribunal Superior competente, para que esse profira a sentença.</p> <p>(D) deverá sentenciar o processo e, no julgamento da lide, recorrer à legislação internacional.</p> <p>(E) deverá sentenciar o processo e, no julgamento da lide, recorrer à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.</p>	<p>60. Dependem de prova os fatos</p> <p>(A) afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.</p> <p>(B) notórios ou em cujo favor milita presunção de veracidade.</p> <p>(C) extintivos do direito do autor.</p> <p>(D) admitidos no processo como incontroversos.</p> <p>(E) em cujo favor milita presunção legal de existência.</p>